

# ***Colégio Eleitoral, democracia e desafios internacionais do governo Biden***

Luigi Fialho Vieira de Melo

As eleições estadunidenses mais uma vez se desenrolaram envoltas em fortes polêmicas. A vitória de Joe Biden, marcada por diversas viradas nas contagens de votos estaduais, até os últimos instantes deixava em aberto a possibilidade de, novamente, o presidente eleito receber menos votos – absolutos, diretos – que seu principal adversário, assim como em 2016. Para além das acusações, até o momento absolutamente infundadas, de fraude no processo eleitoral por parte do Presidente Trump (MEGERIAN; STOKOLS, 2020), a grande discussão acerca das eleições talvez seja a que se faz em torno do modelo de Colégio Eleitoral que vige atualmente nos Estados Unidos. Responsável pela possibilidade de desencontro entre o candidato mais votado e o vencedor – situação que, além de em 2016, ocorreu nas eleições de 1876, 1888 e 2000 – o sistema vem sendo debatido com especial intensidade no século XXI e, desde a eleição de Trump, se tornou pauta central na política dos EUA, como foi na corrida eleitoral que culminou na vitória de Biden.

Se, ao redor do globo, o modelo norte-americano causa estranheza, o ponto de fragilidade que ele gera na própria caracterização da democracia dos Estados Unidos pode ter, também, impactos externos. Joe Biden tem o considerável desafio de liderar um país que enfrenta crises talvez sem precedentes desde que alcançou o posto de superpotência mundial. Enfrentando, para além da intensa cisão interna pela qual a sociedade estadunidense passa, um cenário internacional de incertezas, a disputa político-econômica com a China em ascensão e crises da cooperação internacional, das relações multilaterais e da pandemia do novo coronavírus, Biden promete ser a antítese do, em breve, ex-presidente Trump, tanto na gestão interna da política quanto na atuação internacional. Entretanto, a credibilidade cada vez mais em cheque da política interna dos EUA mina a legitimidade de que o país goza, internacionalmente, para suas interferências, decisões e ações. O governo, que se inicia com a promessa de trazer estabilidade e moderação,

pode, afinal, não ser tão pacificado assim.

Democracia é um conceito em disputa nas ciências políticas, relevante desde o advento dos modelos modernos de organização política, que passou por atualizações importantes nas últimas décadas. Paxton (2000) aponta que, de uma forma geral, normalmente são atribuídos três componentes à definição de democracia: competição, participação e liberdades civis (PAXTON, 2000). O eixo da participação sempre foi o mais problemático nos Estados Unidos e, por mais que esteja passível de esbarrar em anacronismos, uma análise sob as óticas mais recentes fatalmente traz questionamentos acerca do passado da democracia estadunidense. Muller (1988) ressalta que o sufrágio adulto universal e as eleições livres e justas são providos pelas instituições políticas igualitárias no modelo democrático moderno (MULLER, 1988). Ora, se o sufrágio universal é um dos critérios, apenas a observação de que o sufrágio feminino foi instituído inicialmente no ano de 1920 e o sufrágio universal, passando a incluir as pessoas negras, não se deu antes de 1965, já é suficiente para colocar em xeque o caráter democrático do sistema estadunidense de então, ao menos sob a visão atual. A discussão sobre o Colégio Eleitoral, todavia, não é tão direta.

A determinação de eleição presidencial via Colégio Eleitoral está presente na Constituição dos EUA. Estabelecido pelos “Pais Fundadores” como maneira de garantir a participação dos Estados na escolha do Presidente e evitar a influência popular direta na decisão, o Colégio Eleitoral inicialmente previa apenas a autonomia de cada Estado em escolher seus representantes, nomeados para realizar a eleição – processo que acontece ainda hoje. O sistema eleitoral foi sendo modificado e aperfeiçoado ao longo do tempo e, com a evolução dos princípios democráticos, chegou-se ao estágio atual. O estabelecimento do voto popular para a escolha dos representantes – os delegados –, o sistema “winner-takes-all” – utilizado em 48 Estados – e demais particularidades do processo foram algumas dessas definições. É importante registrar que a Constituição, originalmente, não contém o termo ‘democracia’ em seu texto (WHAT IS..., [2010?]). Contudo, o fato de os Estados Unidos não elegerem o Presidente por meio de voto

direto não é suficiente para se afirmar que seu modelo não configura, atualmente, uma democracia. O componente democrático da participação já conta, há algumas décadas, com um sufrágio virtualmente universal. O Colégio Eleitoral e, portanto, o voto indireto, trata-se, na verdade, da escolha do país acerca de seu processo eleitoral. Apesar disso, no entanto, há uma série de falhas e problemáticas, desde conceituais a mais concretas, que envolvem o modelo e a discussão acerca deles atravessa a sociedade em tempos de eleição.

Não necessariamente coincidente com o resultado da votação popular, o sistema de Colégio Eleitoral pode eleger um presidente que obteve menos de 25% do total de votos, num cenário hipotético, no rigor da matemática. Além disso, a distribuição de delegados por Estado não é totalmente proporcional e gera distorções no número de eleitores representado por cada delegado, em cada Estado. Há diversos outros problemas, como a ausência do direito a voto para cidadãos residentes nos territórios dos EUA que não compõem Estados e a reduzida influência da maior parte dos Estados na campanha presidencial. A organização FairVote apurou que apenas 11 Estados concentraram mais de 90% dos eventos de campanha para as eleições de 2016 (LANDSMAN, 2016). Em adição ao rol de problemáticas, ainda há uma herança racista no sistema do Colégio Eleitoral. Codrington III (2019) aponta que, estabelecido em fundamentos segregacionistas ainda no século XVIII, o “sistema atual tem um distinto e adverso impacto em eleitores negros, diluindo seu poder político” (CODRINGTON III, 2019).

Há uma marcante insatisfação quanto ao modelo. Nos últimos anos, além de manifestações por parte de grupos da sociedade civil, diversos veículos de renome na imprensa dos Estados Unidos publicaram editoriais defendendo o fim do Colégio Eleitoral, entre eles The New York Times e The Washington Post. A pauta, não obstante, representa mais um fator de divisão política nos EUA. Segundo pesquisas de opinião conduzidas pela Gallup, a parcela da população que apoia a criação de emendas constitucionais que possibilitem a determinação do vencedor da eleição a partir do voto direto gira em torno de 60% desde o ano 2000 – à exceção da pesquisa conduzida em 2016. A cisão

se evidencia, no entanto, em outros dados: de acordo com o levantamento de 2020, enquanto entre os democratas o percentual que defende a manutenção do modelo é de 10%, entre os declarados republicanos a fração é de 77% (BRENAN, 2020). O tema, todavia, extrapola o debate público. Iniciativa com maior potencial prático, o National Popular Vote Interstate Compact surgiu para tentar inutilizar o Colégio Eleitoral por dentro. A proposta consiste em juntar Estados suficientes para atingir os 270 delegados necessários para a vitória eleitoral e então determinar, conjuntamente, que os delegados de todos esses Estados votarão no candidato mais votado em todo o País. Na prática, o acordo faria valer o voto popular. O projeto suscitou polêmicas, mas já conta com a subscrição de 15 Estados, que contam com 196 delegados (AGREEMENT..., 2016).

A discussão acerca do Colégio Eleitoral envolveu também os presidenciais. A posição de Trump já era mais conhecida, em favor do sistema atual (em manifestações no Twitter, ele mudou de ideia em 2016, quando foi eleito) (TUBMAN, 2019). A posição dos candidatos nas primárias democratas, no entanto, foi um dos fatores que gerou bastante interesse na corrida eleitoral. Os senadores derrotados Bernie Sanders e Elizabeth Warren, os dois concorrentes mais bem colocados depois de Biden, se posicionaram em favor do fim do Colégio Eleitoral (DO YOU..., 2019). Sanders, no auge da disputa, foi enfático em sua conta no twitter: “Abolish the Electoral College”, publicou. Kamala Harris, vice-presidente eleita cotada à sucessão, tendo em vista que Biden não deve disputar a reeleição, se declarou “aberta” às discussões sobre o tema em entrevista quando ainda era pré-candidata à presidência. Já o presidente eleito Biden declarou, em entrevista ao NY Times, ser contra o fim do sistema (JOE BIDEN..., 2020). Tal posicionamento sintetiza a escolha estratégica de Biden pela moderação, por evitar mudanças estruturais e pela postura apaziguadora a fim de amenizar a radicalização que toma conta da política estadunidense. Em seu discurso, o presidente deixou isso tudo muito claro: “juro ser um presidente que busca não dividir, mas unificar”. O futuro próximo, no entanto, reserva incertezas. Se internamente o clima é pesado – além de não reconhecer a derrota e travar os processos de transição de mandato, o presidente Trump demonstrou a força nas urnas

com votação recorde para um candidato derrotado e evidenciou a profunda divisão entre os eleitores – e as expectativas são altas, a política externa também promete desafios. O desgaste da democracia dos EUA, escancarado nessas eleições, e a inevitável associação da figura do próximo presidente a essa instabilidade podem dificultar a consecução dos objetivos de Biden internacionalmente.

Joe Biden garante marcar forte contraste entre a atuação externa de Trump e a sua. O anúncio da intenção de retornar os EUA ao Acordo de Paris assim que possível (BRITO, 2020) é, além de parte do plano para o clima do democrata, um grande exemplo dessa intenção. A mudança no relacionamento com a Coreia do Norte também está entre as expectativas para com o novo governo. Biden passa longe de ser um novato na política, contudo. Foi senador por mais de 35 anos e tem como grande destaque na carreira, até então, os dois mandatos em que serviu como vice-presidente do governo Obama. Tem, portanto, um histórico para comparação. Durante o mandato Obama, no qual o número de ataques de drones foi mais de 10 vezes a quantidade do governo Bush (PURKISS; SERLE, 2017), Biden era tido como nome forte nas decisões de bastidores. Acerca da desastrosa intervenção na Líbia em conjunto com a OTAN, por exemplo, Draitser (2020) aponta que “[Hillary] Clinton e Biden eram duas das principais vozes pela agressão e pela guerra” (DRAITSER, 2020). A retórica do governo na época enfatizava o alinhamento com as vontades dos povos na região, não só na Líbia como em outros países do Norte da África e do Oriente Médio, e o apoio aos que carregam ideais democráticos (HARRIS, 2011). O nível de envolvimento dos EUA com os conflitos militares que se desenrolam na região no futuro governo Biden é ainda uma incógnita. A Guerra Civil da Síria, que só agora parece caminhar para um fim, os massacres na Guerra do Iêmen, a política ostensiva de Erdoan e a própria Guerra Civil da Líbia representam desafios à ação estadunidense na região, e um presidente eleito cuja maior qualidade política é diferir de seu predecessor tem uma margem menor para errar. Mas não só isso. Biden dificilmente poderá se valer da retórica de Obama. Como justificar internamente intervenções em nome da democracia enquanto se enfrenta uma forte crise em seu próprio sistema? Como

manter o respaldo internacional e o apoio a todo tipo de ações sem determinado nível de coerência, ou mesmo de aparência? Para complicar o cenário, Swain (2020) aponta que o novo presidente não dá sinais de planejar mudar a política de ataques de drones (SWAIN, 2020) que, conforme reportado, tem como resultado um índice em que 90% das mortes são de alvos não-pretendidos (SCAHILL, 2014).

Outros desafios que o presidente eleito deve enfrentar dizem respeito à conjuntura internacional de maneira geral. O avanço chinês política e economicamente tem no pragmatismo um traço claro. A China dificilmente apela para argumentos ideológicos, velho hábito estadunidense, quando lidando com a política externa. Essa ferramenta, no governo Biden, pode se tornar cada vez menos útil frente ao aumento da relevância chinesa e à dissipação da hegemonia dos EUA. Há ainda o aspecto das alianças. Recentemente, França, Reino Unido e Alemanha se posicionaram contrários à aplicação de sanções ao Irã. O apoio de Biden a uma renegociação do tratado nuclear é uma expectativa visando a recuperar esse alinhamento, que raras vezes se desajustou.

A antinomia entre o passado político ativo de Joe Biden e sua necessidade por pasteurizar discurso e ações, tanto na campanha como no futuro governo, pode ser capaz de fazer emergir contradições prejudiciais à estabilidade do país. Responsável por acalmar os ânimos, o presidente eleito se coloca como moderado, mas será incapaz de sustentar a parcimônia por muito tempo. Ao defender a manutenção do sistema ultrapassado e desequilibrado, que flerta cada vez mais com o perigo, Biden, na prática, não agrada a muitos. De um lado, mantém inalterada a rejeição que os trumpistas mais fervorosos lhe têm. Do outro, marca posição num tema delicado, caro aos seus partidários e que cada vez mais vai inspirar questionamentos, em tempos de crescimento da ala democrata mais à esquerda, do movimento Black Lives Matter e de diversos outros movimentos sociais. Simbolicamente, defende o sistema político de seu país frente ao mundo. Toma para si a bandeira da tradição democrática, da confiança nos ideais dos Fundadores e se apodera de um discurso do qual dificilmente poderá tirar bons frutos internacionalmente. O presidente eleito, dividido entre seu discurso e seu histórico, fornece estabilidade ao

custo da manutenção de posturas arcaicas, por mais que se venda como progressista. Talvez por isso o establishment democrata já aposte suas fichas em Kamala Harris. O próximo governo já nasceu velho. Assim como seu presidente, que deve assumir o cargo aos 78 anos, muito velho.

## Referências

AGREEMENT Among the States to Elect the President by National Popular Vote. **National Popular Vote**, 2016. Disponível em: <https://www.nationalpopularvote.com/written-explanation>. Acesso em: 23 nov. 2020.

BRENAN, M. 61% of Americans Support Abolishing Electoral College. **Gallup**, 2020. Disponível em: <https://news.gallup.com/poll/320744/americans-support-abolishing-electoral-college.aspx>. Acesso em: 6 dez 2020.

BRITO, C. Joe Biden vows to rejoin the Paris climate deal on first day of office if elected. **CBS News**, 2020. Disponível em: <https://www.cbsnews.com/news/paris-climate-accord-biden-rejoin-president/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

CODRINGTON III, W. The Electoral College's Racist Origins. **The Atlantic**, 2019. Disponível em: <https://www.theatlantic.com/ideas/archive/2019/11/electoral-college-racist-origins/601918/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

DO YOU support eliminating the electoral college in favor of the popular vote? **The Washington Post**, 2019. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/graphics/politics/policy-2020/voting-changes/eliminate-electoral-college/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

DRAITSER, E. The Plot Against Libya – An Obama-Biden-Clinton Criminal Conspiracy. **The Transnational**, 2020. Disponível em: <https://transnational.live/2020/09/21/the-plot-against-libya-an-obama-biden-clinton-criminal-conspiracy/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

HARRIS, P. Barack Obama defends US military intervention in Libya. **The Guardian**, 2011. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2011/mar/29/barack-obama-us-speech-libya>. Acesso em: 23 nov. 2020.

JOE BIDEN: Former vice president of the United States. **The New York Times**, 2020. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2020/01/17/opinion/joe-biden-nytimes-interview.html>. Acesso em: 23 nov. 2020.

LANDSMAN, T. Tracking the Candidates Through the Final Campaign Push: Lots of Stops but Few States. **FairVote**, 2016. Disponível em: [https://www.fairvote.org/tracking\\_the\\_candidates\\_through\\_the\\_final\\_campaign\\_push\\_lots\\_of\\_stops\\_but\\_few\\_states](https://www.fairvote.org/tracking_the_candidates_through_the_final_campaign_push_lots_of_stops_but_few_states). Acesso em: 6 dez. 2020.

MEGERIAN, C; STOKOLS, E. Trump falsely accuses Democrats of trying to 'steal' the election. **Los Angeles Times**, 2020. Disponível em: <https://www.latimes.com/politics/story/2020-11-05/trump-false-claims-of-stolen-election>. Acesso em: 23 nov. 2020.

MULLER, E. Democracy, Economic Development, and Income Inequality. **American Sociological Review**, v. 53, n. 1, p. 50-68, 1988.

PAXTON, P. Women's Suffrage in the Measurement of Democracy: Problems of

Operationalization. **Studies in Comparative International Development**, v. 35, p. 92–111, 2000.

PURKISS, J; SERLE, J. Obama's covert drone war in numbers: ten times more strikes than Bush. **The Bureau of Investigative Journalism**, 2017. Disponível em: <https://www.thebureauinvestigates.com/stories/2017-01-17/obamas-covert-drone-war-in-numbers-ten-times-more-strikes-than-bush>. Acesso em: 23 nov. 2020.

SCAHILL, J. **Guerras sujas: O mundo é um campo de batalha**. Tradução: Donaldson M. Garschagen. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. 664 p. Título original: Dirty Wars: The World is a Battlefield. ISBN 978-85-8086-966-8.

SWAIN, E. Joe Biden's silence on ending the drone wars. **The Intercept**, 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/11/22/biden-drones-endless-wars/>. Acesso em: 23 nov. 2020.

TUBMAN, K. Trump changes his mind on Electoral College, now wants to keep it. **Yahoo! News**, 2019. Disponível em: <https://news.yahoo.com/trump-changes-his-mind-on-electoral-college-now-wants-to-keep-it-135048312.html>. Acesso em: 23 nov. 2020.

WHAT IS a democracy? **UShistory.org**, 2010. Disponível em: <https://www.ushistory.org/gov/1c.asp>. Acesso em: 23 nov. 2020.